



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

1 de 25

Informação 98/2023 – DIASP3

Brasília, 6 de novembro de 2023

Processo: 00600-000008709/2020-37

Jurisdicionado: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF)

Assunto: Representação

Ementa: Representação 41/2019-CF do MPJTCDF acerca de supostas irregularidades ocorridas na prestação de serviços pela sociedade empresária Construtora Concreto Eireli-ME, atual Bucar Engenharia e Metrologia – Eireli. Conhecimento parcial. Inspeção e análise de mérito. Procedência parcial. Audiências. Manifestações. Análise. Procedência e improcedência das Razões de Justificativa. Sugestões de penalidades.

Senhor Diretor,

Tratam os autos da Representação 41/2019-CF (e-DOC BFC1DCE4, Peça 38), subscrita pela ilustre Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, versando sobre supostas irregularidades ocorridas no curso da prestação de serviços objeto dos Contratos 37/2017, 50/2017 e 108/2017, celebrados entre o Distrito Federal, mediante a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF) e a Construtora Concreto Eireli-ME, atual Bucar Engenharia e Metrologia - Eireli.

I. Antecedentes

2. Em linhas gerais, foram apontadas na Representação 41/2019-CF (e-DOC BFC1DCE4, Peça 38) possíveis irregularidades envolvendo os **Contratos 37/2017, 50/2017 e 108/2017-SES/DF**, consistentes em: **a)** constatação por meio de vistoria de inaptidão do local indicado pela empresa contratada para a prestação dos serviços; **b)** divergência entre o número de bens, especificações e sua localização e a situação real; **c)** denúncia realizada no Estado do Acre envolvendo violação de moralidade administrativa pela empresa contratada; e **d)** prorrogações contratuais em desacordo com pareceres desfavoráveis de setores competentes da SES/DF.

3. A aludida Representação foi reconhecida parcialmente pela Decisão 353/2021 a fim de diligenciar em relação às irregularidades suscitadas quanto à execução dos **Contratos 50/2017 e 108/2017-SES/DF**.

4. Recebidas as manifestações ordenadas pela decisão, o curso processual levou a Unidade Técnica a solicitar autorização para a realização de



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

2 de 25

Inspeção na Jurisdicionada (e-DOC 2D9B4769, Peça 93), a fim de verificar a procedência de fatos alegados pela Associação das Empresas do Segmento Médico Hospitalar e Laboratorial do Distrito Federal (ASSEMEDH/DF), de forma incidental nos autos e posterior às manifestações, veiculada pelo Ofício 319/2022-G2P (e-DOC 701C61FC, Peça 88) e anexos (e-DOCs D3E1B22C, A66FB439 e 75E97908, Peças 85 a 87, respectivamente).

5. Em decorrência, o i. relator, Conselheiro Renato Rainha, autorizou a realização da Inspeção requerida, nos termos do Despacho Singular 458/2022-GCRR (e-DOC 32DC6F5, Peça 95).

6. As conclusões da Inspeção realizada foram materializadas no Relatório de Inspeção 9/2022-DIASP3 (e-DOC C7E6D8AA, Peça 105) e na Matriz de Responsabilização (e-DOC 32F37242, Peça 104), nos quais foram apresentados os Achados de Inspeção em face dos fatos suscitados na Exordial, consideradas as manifestações acostadas aos autos, os fatos narrados pela ASSEMEDH/DF e Parecer Ministerial, bem como a indicação de responsabilidades. Também foi analisado o mérito da Representação 41/2019-CF.

7. Nesta fase processual, analisam-se as Razões de Justificativa dos responsáveis constantes da Matriz de Responsabilização, bem como as Manifestações da Jurisdicionada, da ASSEMEDH/DF e da sociedade empresária Bucar Engenharia e Metrologia – Eireli, conforme determinado pela Decisão 2.057/2023, nos termos a seguir:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: **a)** da manifestação da SES/DF (peça 55); **b)** da manifestação da empresa BUCAR Engenharia e Metrologia EIRELI (peça 69 e anexos: peças 56- 68); **c)** do Ofício nº 319/2022-G2P encaminhando comunicação da Associação das Empresas do Segmento Médico Hospitalar e Laboratorial do Distrito Federal - ASSEMEDH/DF (peça 88 e anexos: peças 85 a 87); **d)** do Relatório de Inspeção (peça 105) e da Matriz de Responsabilização (peça 104); **e)** do Parecer nº 140/2023-G2P (peça 109); **f)** do Ofício nº 174/2023 – G2P/MPCDF (peça 113 e anexos: peças 110-112); II – considerar: **g)** parcialmente procedente a Representação 41/2019-G2P/MPCDF (peça 38); **h)** improcedente a denúncia elaborada pela Associação das Empresas do Segmento Médico Hospitalar e Laboratorial do Distrito Federal - ASSEMEDH/DF, encaminhada pelo Ofício nº 319/2022 – G2P (peça 88); III – **determinar a audiência dos responsáveis indicados na Matriz de Responsabilização (peça 104), a qual deverá ser ajustada pela Unidade Técnica a fim de incluir a irregularidade atinente à ao descumprimento do subitem “c.6” do item 7.2.1 do Edital do Pregão nº 163/2017- SES/DF¹, para que, no prazo de 30 (trinta) dias,***

¹ Referido Edital deu origem à celebração do Contrato nº 108/2017 (e-doc C7E6D8AA, fl. 2) (? A confirmar).

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

3 de 25

apresentem suas razões de justificativa pelas ilegalidades nela apontadas em face da possibilidade de aplicação das penalidades indicadas, excetuados os responsáveis nominados nas linhas 2 e 3 do Achado 1 devido ao reconhecimento da incidência das excludentes de ilicitudes indicadas no mesmo documento; IV – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que: a) instaure processo administrativo para aplicar as sanções cabíveis à BUCAR Engenharia e Metrologia – EIRELI pelo descumprimento do item 7.2.1, subitens “c.5” e “c.6” do Edital de Pregão nº 163/2017-SES/DF, dando ciência ao Tribunal das medidas adotadas, no prazo de 90 (noventa) dias; b) apresente esclarecimentos, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca de comunicação da ASSEMEDH/DF (peças 110- 113) de que a empresa BUCAR Engenharia e Metrologia – EIRELI – teria recebido pagamentos nos meses de janeiro e fevereiro de 2023 apesar de não ter prestado qualquer serviço de manutenção nas unidades hospitalares em face dos mencionados Contratos nº 50/2017 e nº 108/2017- SES/DF; IV² – autorizar: a) o encaminhamento: i) do Relatório de Inspeção (peça 105); da comunicação da ASSEMEDH/DF (peças 110-113); do relatório/voto do Relator e desta decisão à SES/DF para subsidiar a adoção de providências e a apresentação de esclarecimentos, assim como à empresa BUCAR Engenharia e Metrologia – EIRELI – para conhecimento, facultando-lhe o direito de manifestar-se nos autos no mesmo prazo de 30 (trinta) dias fixado no item IV, alínea “b”, desta decisão, caso seja de seu interesse; ii) desta decisão à ASSEMEDH/DF para fins de conhecimento; b) o retorno dos autos à SEASP, para as providências cabíveis.”

II. Irregularidades apontadas na Matriz de Responsabilização

8. O Quadro I a seguir sintetiza as irregularidades, condutas, bem como os Responsáveis constantes da Matriz de Responsabilização, acostada aos autos no e-TCDF (e-DOC 32F37242, Peça 104). Saliente-se que constam do Quadro I apenas as responsáveis que não tiveram a incidência de excludentes de ilicitude, conforme apurado pelo Corpo Técnico.

Quadro I – Síntese da Matriz de Responsabilidade

Irregularidade	Responsáveis	Conduta
Acompanhamento inadequado da execução contratual – afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ao art. 4º da Portaria nº 29/2004 – SGA/DF e à Decisão nº 222/2017 – TCDF.	Marúcia Valença Barbosa de Miranda , Subsecretária de Administração Geral – SUAG, CPF: 879.975.504-10.	Não designou executores titulares e substitutos em todas as unidades em que os Contratos nºs 50/2017 e 108/2017 eram executados (parágrafos 51-60, peça 105, e-DOC C7E6D8AA).

² Esse item IV deveria ter sido numerado como item V.

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

4 de 25

Omissão na apuração de responsabilidade e na aplicação de sanções – afronta ao poder-dever de aplicação de sanções, aos arts. 66 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e ao art. 25 da Portaria nº 170/2018.	Daiane Gomes de Oliveira , Gerente de Acompanhamento de Contratos de Manutenção de Equipamentos Médicos – GACME, CPF: 023.247.721-32.	Não comunicou à Gerência de Sanções e Intercorrências na Execução - GSIE acerca dos possíveis problemas na execução do Contrato nº 108/2017 relatados pelo HRSM e pela DEC, além da constatação do descumprimento do item 7.2.1, subitens c.5 do Edital de Pregão (parágrafos 61-71, peça 105, e-DOC C7E6D8AA).
Intempestividade na verificação de exigências do instrumento convocatório – afronta ao poder-dever de fiscalização dos contratos, ao princípio do interesse público e ao art. 25 da Portaria nº 170/2018.	Yuki Hiyane de Carvalho , Gerente de Acompanhamento e Prestação de Contas – GEAPC, CPF: 904.444.691-68.	Não realizou diligências administrativas para verificar o cumprimento do item 7.2.1, subitens c.5 e c.6 (parágrafos 72-82, peça 105, e-DOC C7E6D8AA).
	Daiane Gomes de Oliveira , Gerente de Acompanhamento de Contratos de Manutenção de Equipamentos Médicos – GACME, CPF: 023.247.721-32.	Realizou intempestivamente diligências administrativas para verificar o cumprimento do item 7.2.1, subitens c.5 e c.6 (parágrafos 72-82, peça 105, e-DOC C7E6D8AA).

Fonte: Matriz de Responsabilidade (e-DOC 32F37242, Peça 104)

III. Razões de Justificativa apresentadas**III.1. Sra. Marúcia Valença Barbosa de Miranda**

9. Preliminarmente, a Justificante alegou a incidência de prescrição quinquenal, nos termos do art. 1º e incisos da Decisão Normativa 5/2021 TCDF, sob a alegação de que os atos de assinatura e início de execução dos Contratos 50/2017 e 108/2017 se deram em 2017, e que fora citada pela primeira vez para se manifestar nos autos em 04/06/2023 (e-DOC DEB3983B, Peça 164, fls. 1/2).

10. Quanto aos fatos, a Justificante ponderou que sob sua gestão (e-DOC DEB3983B, Peça 164, fl. 5):

“foram tomadas todas as medidas necessárias para que a execução dos contratos fosse eficiente e com a devida transparência. A principal vertente foi a elaboração do Regulamento da Execução de Contratações (Portaria nº 170, de 6 de junho de 2018), o primeiro que a SES editou. Além disso, os servidores foram capacitados, inclusive com o apoio da Escola de Contas do TCDF, as áreas foram estruturadas e houve acompanhamento dos processos.”

11. Relativamente à demora para a nomeação de executores de contratos, ao alegar ser uma atividade desafiadora, citou a Decisão 222/2017 desta Corte que determinou à SES/DF a designação formal de executores locais e centrais,



titulares e substitutos, para todos os contratos então vigentes de manutenção de equipamentos médico-hospitalares, cuja execução ocorra de forma descentralizada (e-DOC DEB3983B, Peça 164, fls. 5/6).

12. Anotou que a edição da Portaria 170/2018 veio preencher lacuna por meio dos seguintes dispositivos (e-DOC DEB3983B, Peça 164, fl. 6):

Art. 21. Os executores e seus substitutos serão indicados pela Área Consolidadora, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da solicitação da GFCC/DFACC.

Parágrafo único. Até que seja feita a indicação prevista no caput, ou nos casos de afastamento ou impedimento do executor e seu substituto, as funções e responsabilidades do executor caberão ao titular da respectiva Área Consolidadora.

13. Salientou que, para que o titular da SUAG pudesse realizar a designação do executor de contrato, seria imprescindível a indicação de servidor pela Área Consolidadora e que, diante da ausência dessa indicação, as funções de fiscalização da execução do contrato seriam de competência do titular da área, o que teria ocorrido nos contratos objetos do Relatório de Inspeção (e-DOC DEB3983B, Peça 164, fl. 6).

14. A Justificante apresentou alegações sobre conduta a ela não relacionada, relativa à falta de comunicação à Gerência de Sanções e Intercorrências na Execução (GSIE) acerca de possíveis aplicação de sanções (e-DOC DEB3983B, Peça 164, fl. 6). Essa conduta é atribuída a outra responsável, tratada mais adiante.

15. Rogou o afastamento de dolo ou culpa, por entender ter adotado todas as providências cabíveis e possíveis para a efetiva resolução da questão, com a elaboração de normativos e reestruturação de áreas (e-DOC DEB3983B, Peça 164, fl. 6).

16. Ponderou que a transferência de responsabilidade das unidades competentes aos altos gestores significaria transformá-los em garantidores do cumprimento de todos os deveres do órgão e ocasionaria o surgimento da responsabilidade objetiva, expressamente vedada pelo ordenamento jurídico pátrio (e-DOC DEB3983B, Peça 164, fl. 7).

17. Por fim, asseverou que não praticou qualquer conduta irregular, não se manteve omissa e tampouco desrespeitou os preceitos da Portaria das Execuções, tendo solucionado o problema apontado nos autos e em decisões anteriores desta Corte de Contas. Requereu o acolhimento integral das Razões de Justificativa com o afastamento de possível aplicação de qualquer penalidade (e-DOC DEB3983B, Peça 164, fl. 7).

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

6 de 25

Análise

18. Quanto à questão preliminar suscitada pela Justificante, avaliou-se a implementação do prazo prescricional mediante o cotejo dos atos praticados pela Administração conforme documentos acostados aos autos, sendo apurado o seguinte:

Quadro II – Avaliação da implementação do prazo prescricional

Ato praticado	Data	Referência nos autos
Celebração do Contrato 50/2017-SES/DF com a então Construtora Concreto Eireli-ME., atual Bucar Engenharia Eireli, cujo objeto foi a manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, de Arcos Cirúrgicos e Mamógrafo.	07/07/2017	e-DOC 5E5AD55C, Peça 6, fls. 40/75
Celebração do Contrato 108/2017 com a então Construtora Concreto Eireli-ME, atual Bucar Engenharia Eireli, com o objeto de prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, em Capnógrafo, Eletrocardiógrafos, Monitores, Ventiladores, Oxícapnógrafos e Oxímetros da marca Dixtal.	27/12/2017	e-DOC B41D02AA, Peça 25, fls. 66/96
Ofício 2349/2018-PGJ/MPDFT, da Procuradoria-Geral de Justiça que encaminhou Ofício 676/2018 da 1ª Prosus, que deu a conhecer à SES/DF três denúncias da ASSEMEDH/DF as quais versaram sobre descumprimento de cláusulas contratuais pela Construtora Concreto Eireli-ME, entre elas a ausência de estrutura de apoio capaz de atender aos chamados técnicos no prazo estabelecido com instalações apropriadas e profissionais habilitados à prestação dos serviços e a falta de representação no Distrito Federal.	17/07/2018	e-DOC A30F6EB2, Peça 21, fls. 285/353
Representação 41/2019-CF do MPJTCDF e anexos que encaminhou Representação da ASSEMEDH/DF acerca de irregularidades nos Contratos 37/2017, 50/2017 e 108/2017 celebrados com a Construtora Concreto Eireli-ME.	10/02/2021, data em que o Tribunal conheceu parcialmente da Representação 41/2019-CF pela Decisão 353/2021.	e-DOC BFC1DCE4, Peça 38 e Anexos I a XXXVII, Peças 1 a 37. e-DOC 83ED7293, Peça 51
Relatório de Inspeção 9/2022-DIASP3, Achado 1, que apontou a falta de designação de executores dos Contratos 50/2017 e 108/2017.	03/05/2023, data em que o Tribunal conheceu do Relatório	e-DOC C7E6D8AA, Peça 105, fls. 12/14, §§ 51/60

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

7 de 25

	de Inspeção pela Decisão 2.057/2023.	e-DOC 52755F31, Peça 117.
Recibo de Expediente da Comunicação de Audiência 82/2023-SS, que chamou em audiência a Sra. Marúcia Valença Barbosa de Miranda.	02/06/2023, data da ciência pela Responsável.	e-DOC BE7048A9, Peça 125.

Fonte: Elaboração própria com base em documentos juntados aos autos no e-TCDF.

19. Pelo exposto no Quadro II acima, entre a celebração dos Contratos 50/2017 e 108/2017 e a comunicação de audiência à Justificante, ocorreram quatro causas interruptivas do prazo prescricional, quais sejam: **a)** o comunicado do MPDFT à SES/DF sobre denúncias da ASSEMEDH/DF (17/07/2018); **b)** a Representação 41/2019-CF que versou sobre Representação da ASSEMEDH/DF (10/02/2021); **c)** o Relatório de Inspeção 9/2022-DIASP3 que apontou a irregularidade (03/05/2023); e **d)** a comunicação de audiência da responsável (02/06/2023).

20. Assim, na forma do art. 2º, incisos I e II da Decisão Normativa TCDF 5/2021³, foram praticados atos que configuram hipóteses de interrupção da prescrição, o que resultou no reinício da contagem do prazo quinquenal a cada ato apontado no Quadro II acima, de modo que o termo final da contagem prescricional ocorrerá em 02/06/2028.

21. Dessa firma, improcedente a preliminar de incidência de prescrição quinquenal, nos termos do art. 1º e incisos da Decisão Normativa 5/2021 TCDF.

22. Quanto à irregularidade, embora a Portaria 170/2018, que estabelece o Regulamento da Execução das Contratações no âmbito da SES/DF, defina que o Executor do Contrato seja designado pelo titular da Subsecretaria de Administração Geral (SUAG), por meio de Ordem de Serviço publicada no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), nos termos do art. 3º, inciso VIII da citada portaria, é a Área Consolidadora a unidade responsável pela indicação dos executores titulares e substitutos, conforme o art. 21 da mesma portaria.

23. Na falta dessa indicação, o parágrafo único do art. 21 prevê que, até a indicação pela Área Consolidadora, as funções e responsabilidades do executor caberão ao titular da respectiva Área Consolidadora.

24. Mesmo não havendo designação formal de executores de contrato, em pelo menos um caso apurado na Inspeção houve o acompanhamento, fiscalização

³ Art. 2º Interrompe-se a prescrição de que trata o art. 1º:

I – pela citação, comunicação de audiência ou notificação, inclusive por meio de edital;

II – por qualquer ato inequívoco que importe apuração do fato, adotado por parte da Administração Pública do Distrito Federal ou do Tribunal de Contas do Distrito Federal; [...]



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

8 de 25

e supervisão da execução do contrato pelo gestor, como ficou demonstrado no Relatório de Inspeção 9/2022-DIASP3 (e-DOC C7E6D8AA, Peça 105, § 53).

25. Assim, não seria razoável responsabilizar a Justificante pela não designação de executores titulares e substitutos de contratos, uma vez que a prática do ato não dependia exclusivamente de suas ações, mas da indicação da Área Consolidadora, o que só veio a se concretizar na data de 14/08/2018 para o Contrato 108/2017 e em 09/04/2019 para o Contrato 50/2017 (primeira designação), conforme publicações no DODF (Relatório de Inspeção 9/2022-DIASP3, e-DOC C7E6D8AA, Peça 105, § 51/54).

26. Logo, consideram-se procedentes as razões de justificativa apresentadas pela Sra. Marúcia Valença Barbosa de Miranda.

III.2. Sra. Daiane Gomes de Oliveira

27. À Justificante foram atribuídas duas irregularidades, a saber:

- 1) omissão na apuração de responsabilidade e na aplicação de sanções, em afronta ao poder-dever de aplicação de sanções, aos arts. 66 e 87 da Lei 8.666/1993 e ao art. 25 da Portaria 170/2018. Sua conduta foi a não comunicação à Gerência de Sanções e Intercorrências na Execução (GSIE) acerca dos possíveis problemas na execução do Contrato 108/2017, relatados pelo Hospital Regional de Santa Maria (HRSM) e pela Diretoria de Engenharia Clínica (DEC), além da constatação do descumprimento do item 7.2.1, subitem c.5 do Edital do Pregão 163/2017;
- 2) intempestividade na verificação de exigências do instrumento convocatório, em afronta ao poder-dever de fiscalização dos contratos, ao princípio do interesse público e ao art. 25 da Portaria 170/2018, cuja conduta foi a realização intempestiva de diligências administrativas para verificar o cumprimento do item 7.2.1, subitens c.5 e c.6 do Edital do Pregão 163/2017.

28. Esclarece-se que o item 7.2.1, subitens c.5 e c.6, foram redigidos nos seguintes termos:

7.2.1. *As licitantes devidamente cadastradas no SICAF deverão encaminhar os seguintes documentos:*

(...)

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-PROFISSIONAL

(...)

c. Para fins de comprovação da qualificação técnico-profissional a empresa licitante deverá apresentar:

(...)

c.5) *Declaração da empresa LICITANTE. de que disponibilizará e manterá. durante toda vigência contratual, no Distrito Federal, estrutura de apoio capaz de atender aos chamados técnicos no prazo estabelecido com*



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

9 de 25

instalações apropriadas e profissionais habilitados à prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, na forma do inciso II combinado com o § 6º ambos do art. 30 da Lei nº 8.666/93;

c.6) *Empresa Licitante que não possuir representação no Distrito Federal terá o prazo de 30 dias (corridos) após a assinatura do Contrato para apresentar o estabelecimento da empresa no DF.*

29. Quanto à primeira irregularidade, a Justificante alegou que, em 01/08/2018, solicitou manifestação dos executores sobre o interesse na prorrogação e a adequação dos serviços prestados, bem como justificativa acerca da necessidade dos serviços e da vantagem na prorrogação em confronto com a deflagração de novo processo licitatório então em curso (e-DOC F57EA3AC, Peça 146, fl. 2).

30. Ponderou que, por meio de Despacho transcrito na peça de defesa, presente também nestes autos (e-DOC A30F6EB2, Peça 21, fls. 203), teve conhecimento da manifestação da Diretoria de Engenharia Clínica (DEC), em 03/10/2018, recomendou o encerramento do Contrato 108/2017 e encaminhou para a Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios para as providências de sua alçada (e-DOC F57EA3AC, Peça 146, fl. 2).

31. Destacou que as decisões que culminaram na renovação do Contrato 108/2017, em desacordo com a manifestação da DEC, foram tomadas em momento posterior ao término de sua gestão, ocorrido em 03/12/2018, por meio do Processo 00060-00548092/2018-28 (e-DOC F57EA3AC, Peça 146, fl. 3).

32. Não foram apresentados esclarecimentos acerca da segunda irregularidade. Ainda, a Justificante apresentou alegações sobre conduta a ela não relacionada na Matriz de Responsabilização, relativa à falta de designação de executores de contratos, atribuída à Responsável tratada no tópico anterior (e-DOC F57EA3AC, Peça 146, fl. 1).

33. Ao final, requereu o afastamento de responsabilização pelos fatos narrados, tendo agido nos limites da legalidade e nos estritos limites das competências de sua área de atuação, não podendo ser responsabilizada por decisões de superiores (e-DOC F57EA3AC, Peça 146, fl. 3).

Análise

34. Propôs-se a responsabilização da Justificante por ter exercido, à época dos fatos, o cargo de Gerente de Acompanhamento de Contratos de Manutenção de Equipamentos Médicos (GACME), unidade responsável por comunicar à Gerência de Sanções e Intercorrências na Execução (GSIE) os indícios de irregularidades na execução dos contratos (e-DOC C7E6D8AA, Peça 105, §§ 61/82).



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

10 de 25

35. A Inspeção apontou duas situações em que se indicaram falhas na prestação de serviço relativo ao Contrato 108/2017: a manifestação do HRSM (e-DOC A30F6EB2, Peça 21, fl. 123) e as irregularidades encontradas pela DEC (e-DOC A30F6EB2, Peça 21, fls. 398/400).

36. A Justificante afirmou que, ao tomar conhecimento da manifestação da DEC, impulsionou os autos à Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios para providências, quando deveria ter provocado também a GSIE a fim de instaurar processo administrativo com o objetivo de aplicar penalidades à Contratada.

37. Assim, como gestora de unidade competente por comunicar à GSIE eventuais intercorrências na prestação do serviço, agiu em desconformidade com o art. 25, XIII, da Portaria 170/2018⁴, devendo ser consideradas improcedentes as razões de justificativa apresentadas pela Sra. Daiane Gomes de Oliveira, podendo ser-lhe aplicada a penalidade prevista no art. 57, II, da Lei Complementar 01/1994.

III.3. Sra. Yuki Hiyane de Carvalho

38. À Justificante foi atribuída a intempestividade na verificação de exigências do instrumento convocatório, em afronta ao poder-dever de fiscalização dos contratos, ao princípio do interesse público e ao art. 25 da Portaria 170/2018, com a conduta de não ter realizado diligências administrativas para verificar o cumprimento do item 7.2.1, subitens c.5 e c.6 do, descrita no § 27, item III.2, supra.

39. Inicialmente, a Justificante apresentou um histórico da unidade responsável pela gestão de contratos, suas nomenclaturas, siglas e competências em virtude da edição de decretos do Poder Executivo desde o ano de 2013 (e-DOC 9DEE3400, Peça 132, fls. 2/4).

40. Destacou que a atual estrutura administrativa da SES/DF, aprovada pelo Decreto 39.546, de 19/12/2018, que criou o Regimento Interno da Pasta, definiu duas atribuições distintas em relação aos procedimentos atinentes aos contratos: a unidade demandante, áreas técnicas especializadas, e a unidade demandada, atualmente a Diretoria de Formalização de Atas e Contratos e Convênios (DFACC) e suas Gerências (e-DOC 9DEE3400, Peça 132, fl. 4).

⁴ Art. 25. À Unidade Gestora compete:

(...)

XIII- comunicar à Gerência de Sanções e Intercorrências na Execução (GSIE/DFACC) eventuais intercorrências na prestação do serviço ou entrega do bem pelo contratado, apontadas pelo executor ou comissão executora, que configurem descumprimento contratual passível de penalidade, nos termos da lei e do art. 140 desta Portaria;"



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

11 de 25

41. Ponderou que a unidade demandada (DFACC) se vincula às decisões emanadas das áreas técnicas especializadas, as quais são dotadas de competências necessárias para prover a missão finalística da SES/DF, cada uma com suas expertises para identificar, especificar, quantificar e justificar a real necessidade dos objetos a serem contratados (e-DOC 9DEE3400, Peça 132, fl. 4).

42. Relativamente a irregularidade, a Justificante citou entendimento expresso nos Acórdãos 1214/2013-TCU-Plenário e 273/2014-TCU-Plenário no sentido de que é vedada a exigência de instalação de escritório no local da prestação do serviço como critério de habilitação (e-DOC 9DEE3400, Peça 132, fl. 5).

43. Transcreveu trecho do Acórdão 1176/2021-TCU-Plenário (e-DOC 9DEE3400, Peça 132, fl. 5):

É irregular a exigência de que o contratado instale escritório em localidade específica, sem a devida demonstração de que tal medida seja imprescindível a adequada execução do objeto licitado, considerando os custos a serem suportados pelo contratado, sem avaliar a sua pertinência frente a materialidade da contratação e aos impactos no orçamento estimativo e na competitividade do certame, devido ao potencial de restringir o caráter competitivo da licitação, afetar a economicidade do contrato e ferir o princípio da isonomia, em ofensa ao art. 3º, caput e § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993." (Grifo nosso)

44. Salientou que, nos termos do disposto no inciso I do § 1º do art. 3º da Lei 8.666/1993, então vigente à época (e-DOC 9DEE3400, Peça 132, fl. 5):

"[...] é VEDADO aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar situações que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes ou qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato."

45. Argumentou que a exigência de instalação de um escritório em localidade específica deve vir acompanhada da devida justificativa técnica, com demonstração da sua absoluta necessidade de forma a não exceder os limites da razoabilidade, restringir o caráter competitivo da licitação e impor ônus ao contratado (e-DOC 9DEE3400, Peça 132, fl. 5).

46. Citou a manifestação da Bucar Engenharia e Metrologia Eireli dada nestes autos (e-DOC C6EF34D6, Peça 69) em que a Contratada ponderou que o objeto do certame era a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos com reposição de peças, que apenas em última hipótese o equipamento a sofrer manutenção deveria ser retirado do hospital, e que nesse caso a estrutura de apoio requerida no subitem c.5 seria suficiente (e-DOC 9DEE3400, Peça 132, fls. 5/6).



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

12 de 25

47. Ponderou que as exigências contidas nos subitens c.5 e c.6 seriam *“itens complementares ao Edital, sem relevância normativa cujo atendimento (sic) pode levar a multa administrativa ou advertência, mas jamais não prorrogar ou rescindir com a empresa.”* (e-DOC 9DEE3400, Peça 132, fl. 6).

48. Em seguida, a Justificante pontuou que em nenhum momento os autos 0060-004302/2017, que tratou do Contrato 108/2017, foram enviados ou tramitou pela Unidade da qual era titular, qual seja a Gerência de Acompanhamento e Prestação de Contas (GEAPC) (e-DOC 9DEE3400, Peça 132, fl. 6).

49. Fez prova dessa alegação ao anexar o Relatório de Tramitação do Sistema Integrado de Controle de Processos (SICOP) desse Processo, bem como de outro relacionado à contratação (e-DOC 9DEE3400, Peça 132, fls. 8/16).

50. Alegou que a exigência de apresentação de estabelecimento da empresa no Distrito Federal no prazo de 30 (trinta) dias, conforme estipulado no subitem c.6 do item 7.2.1, deveria ter sido verificada pela Gerência de Instrução e Formalização (GEINF) (e-DOC 9DEE3400, Peça 132, fl. 6).

51. Argumentou que sempre atuou proativamente e com antecedência para que a Administração Pública tivesse o tempo necessário para promover novas ações em relação às execuções contratuais, não tendo à época a competência administrativa de instruir as documentações pertinentes para a formalização do contrato em questão. Por fim, solicitou o deferimento das justificativas apresentadas, com a retirada das penalidades constantes da Matriz de Responsabilização (e-DOC 9DEE3400, Peça 132, fls. 6/7).

Análise

52. Propôs-se a responsabilização da Justificante por ter exercido, à época da omissão a ela imputada, o cargo de Gerente de Acompanhamento e Prestação de Contas (GEAPC), unidade existente anteriormente à criação da Gerência de Acompanhamento de Contratos de Manutenção de Equipamentos Médicos (GACME), cujas competências atinentes a acompanhamento de contratos eram comuns entre as unidades orgânicas, conforme demonstrado na Inspeção (e-DOC C7E6D8AA, Peça 105, §§ 83/89).

53. O argumento da Justificante de imputar a responsabilização à Gerência de Instrução e Formalização (GEINF) pela verificação da exigência de apresentação de estabelecimento da empresa no Distrito Federal, estipulada no subitem c.6 do item 7.2.1 do Edital, não encontra guarida.

54. Trechos do Decreto 39.546/2018, que aprova o atual Regimento Interno da SES/DF, trazidos pela Justificante, preveem que à Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios (GINFCC) compete tão somente conferir documentos e processos relacionados a contratação de prestação de serviços e



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

13 de 25

outros **para a formalização de contrato**, nos termos do art. 191, inciso II do referido decreto⁵.

55. Restou demonstrado na Inspeção que a GEAPC era a Unidade responsável por atividades típicas de acompanhamento de contratos, com a verificação do cumprimento das cláusulas contratuais. Assim, confirma-se a responsabilização da Justificante, titular da GEAPC à época da formalização do Contrato 108/2017 (e-DOC C7E6D8AA, Peça 105, § 83/88).

56. Quanto ao afastamento da exigência do cumprimento do item 7.2.1, subitens c.5 e c.6 do Edital de Pregão 163/2017-SES/DF, com base no Acórdão 1176/2021-TCU-Plenário, embora o Relatório de Inspeção não tenha incluído o descumprimento do subitem c.6, o Conselheiro-Relator foi enfático ao demonstrar a omissão da SES/DF em fiscalizar o cumprimento da exigência, bem como a inércia na fiscalização do cumprimento da exigência para disponibilização de estrutura de apoio com instalações inadequadas, sendo atestado o seu cumprimento efetivo após nove meses do prazo concedido à Contratada e, mesmo assim, sem a aplicação de sanções pela mora para o adimplemento contratual (e-DOC B048780C, Peça 114, fl. 27).

57. Assim, em virtude de a Justificante não ter demonstrado atuação para que a Contratada desse cumprimento ao item 7.2.1, subitens c.5 e c.6 do Edital de Pregão 163/2017-SES/DF, consideram-se improcedentes as razões de justificativa apresentadas pela Sra. Yuki Hiyane de Carvalho, podendo ser-lhe aplicada a penalidade prevista no art. 57, II, da Lei Complementar 01/1994.

IV. Manifestações da Jurisdicionada, da ASSEMEDH/DF e da Bucar Engenharia e Metrologia-Eireli

IV.1. Manifestação da SES/DF

58. O item IV da Decisão 2.057/2023 ordenou à SES/DF o seguinte:

IV – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que: a) instaure processo administrativo para aplicar as sanções cabíveis à BUCAR Engenharia e Metrologia – EIRELI pelo descumprimento do item 7.2.1, subitens “c.5” e “c.6” do Edital de Pregão nº 163/2017-SES/DF, dando ciência ao Tribunal das medidas adotadas, no prazo de 90

⁵ Art. 191. A Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios - GIN FCC, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e Convênios, compete:

I – [...]

II - conferir documentos e processos relacionados a contratação de prestação de serviços, fornecimento, locações e obras para formalização do contrato;



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

14 de 25

(noventa) dias; b) apresente esclarecimentos, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca de comunicação da ASSEMEDH/DF (peças 110- 113) de que a empresa BUCAR Engenharia e Metrologia – EIRELI – teria recebido pagamentos nos meses de janeiro e fevereiro de 2023 apesar de não ter prestado qualquer serviço de manutenção nas unidades hospitalares em face dos mencionados Contratos nº 50/2017 e nº 108/2017- SES/DF;

59. A SES/DF se manifestou mediante os **Ofícios 5990/2023-SES/GAB** (e-DOC 9D252E46, Peça 147, fls. 1/3) e anexos, **6537/2023-SES/GAB** (e-DOC 2C93B876, Peça 163, fls. 1/3) e **6488/2023-SES/GAB** (e-DOC 2C93B876, Peça 163, fls. 173/174) e anexos.

60. Foi encaminhado vasto acervo documental, composto de Ofícios com teores assemelhados, despachos de mero expediente, muitos deles repetidos e vários documentos já carreados aos autos, de sorte que das quase 500 páginas constantes das peças 147 e 163, aproveitam-se poucas com respostas efetivas ao determinado pelo Tribunal.

61. Concernente ao item IV, alínea “a” da Decisão 2.057/2023, os Ofícios 5990/2023, 6537/2023 e 6488/2023 remetem ao Despacho SES/SUAG, de 12/07/2023, contendo a seguinte manifestação (e-DOC 9D252E46, Peça 147, fls. 15/16 e e-DOC 2C93B876, Peça 163, fls. 24/25):

“Para fins de cumprimento da Decisão nº 2057/2023, esta gerência (Gerência de Sanções e Intercorrências na Execução), dentro de suas competências regimentais, instaurou o processo de nº 00060-00341686/2023-77 visando a apuração de penalidades, bem como procedeu ao cálculo da multa com fulcro no Art. 4º - Caput e Incisos I, II, III, IV e V do Decreto 26.851 de 30 de maio de 2006 e alterações, e com as previsões contratuais, elaboraram-se os cálculos, face ao descumprimento na prestação de serviço:

Art. 4º A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

15 de 25

ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega. (Grifo nosso)

Para fins de penalidade, aplicado o inciso retro destacado, foi obtido o valor de R\$ 707.281,11 (setecentos e sete mil duzentos e oitenta e um reais e onze centavos) e posteriormente a empresa será notificada sendo oportunizado prazo de defesa, a fim de garantir a ampla defesa e o contraditório.

62. Acerca do item IV, alínea "b" da Decisão 2.057/2023, os mesmos Ofícios 5990/2023, 6537/2023 e 6488/2023 fazem referência ao Despacho SES/SINFRA/DEC, de 14/06/2023, contendo as manifestações sobre o tema (e-DOC 9D252E46, Peça 147, fls. 6/9 e e-DOC 2C93B876, Peça 163, fls. 24/25).

63. Segundo esse Despacho, nota-se que a comunicação da ASSEMEDH/DF não se trata dos Contratos indicados no item IV, alínea "b" da Decisão 2.057/2023, mas sobre o Contrato 48204/2022-SES/DF, no qual foi identificada a percepção de pagamentos por empresa diversa da aludida Decisão, BK Engenharia e Metrologia-Eireli, sem ter prestado qualquer serviço de manutenção, conforme transcrição de trecho da comunicação da ASSEMEDH/DF, peça 110 destes autos, (e-DOC 9D252E46, Peça 147, fl. 6 e e-DOC 2C93B876, Peça 163, fl. 16).

64. Apesar de o Contrato 48204/2022 não ser objeto da Decisão 2.057/2023, cumpre apresentar explicações haja vista a sugestão a ser ofertada no § 81. A SES/DF esclareceu que o objeto do Contrato 48204/2022, firmado em 30/12/2022, é a manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, em Ventilador Pulmonar e Oxímetros de Pulso da marca Bennett, Cardiotacógrafo, Bisturi e Aspirador Cirúrgico da marca Promédico e Aquecedor Térmico da marca Mallickrodt, pertencentes à SES/DF, com a empresa BK Engenharia e Metrologia Ltda, tendo apresentado Notas Fiscais de faturamento relativas aos meses de janeiro a março de 2023. Esclareceu, ainda, que o faturamento de janeiro de 2023 foi glosado integralmente em R\$ 12.700,00 (doze mil e setecentos reais) por falta de

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

16 de 25

apresentação de documentos para pagamento. Os faturamentos dos meses de fevereiro e março de 2023 não teriam sido pagos até a data do despacho, de 14/06/2023. Informou-se ainda sobre a autuação do Processo SEI 00060-00221305/2023-34, para instrução de aplicação de sanção administrativa por descumprimento das cláusulas contratuais (e-DOC 9D252E46, Peça 147, fls. 7/8 e e-DOC 2C93B876, Peça 163, fls. 17/18).

65. Relativamente aos Contratos 50/2017 e 108/2017, objetos da deliberação em cena, o Despacho SES/SUAG, de 12/07/2023, veiculou Despacho da Diretoria de Acompanhamento de Contratos e Convênios (DACC) no qual apresentou rol de pagamentos relativos a esses contratos realizados nos meses de janeiro e fevereiro de 2023. Informou que a DACC não faz o acompanhamento da execução dos objetos contratados, mas tão somente a conferência dos documentos apresentados pela contratada e pelo executor. Ainda, informou que os autos foram encaminhados aos executores para manifestação (e-DOC 9D252E46, Peça 147, fls. 16/18) e (e-DOC 2C93B876, Peça 163, fls. 30/31).

66. Assim, conforme o Despacho SES/SUAG/DACC, de 12/07/2023, os executores dos Contratos 50/2017 e 108/2017 foram instados a se manifestarem quanto ao requerido pelo Tribunal no item IV, alínea “b” da Decisão 2.057/2023 (e-DOC 9D252E46, Peça 147, fls. 116/119 e e-DOC 2C93B876, Peça 163, fls. 32/35).

67. As manifestações dos executores não foram consolidadas pela SES/DF para encaminhamento ao Tribunal e encontram-se anexadas às peças 147 e 163 de forma dispersa. Estruturou-se, então, o Quadro III a seguir contendo as informações prestadas pelos executores que encaminharam as respostas ao citado despacho.

Quadro III – Consolidação das respostas dos Executores ao Despacho SES/SUAG/DACC

Número do Contrato	Mês/ano de referência	Local de prestação dos serviços	Executor atestou os serviços?	Referência nos autos
108/2017	Janeiro e Fevereiro/2023	Hospital Regional do Gama	Há informação de que serviços de manutenção preventiva e corretiva foram realizados e registrados nos processos que especifica.	Peça 163, fls. 7/8
108/2017	Janeiro/2023	Hospital Regional de Planaltina	Sim	Peça 147, fls. 152/157 e Peça 163, fls. 51/52 e 79/82

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

17 de 25

108/2017	Fevereiro/2023	Hospital Regional de Planaltina	Sim	Peça 147, fls. 206/208 e Peça 163, fls. 51/52 e 133/135
Não informado	Janeiro e fevereiro/2023	Hospital Regional de Taguatinga	Informa sobre a realização de serviços e evidências de trocas de peças antigas por novas em ventiladores mecânicos.	Peça 163, fl. 44 e Peça 147, fl. 20
108/2017	Janeiro e fevereiro/2023	Hospital Regional da Asa Norte/Unidade de Neonatologia	Há informação de que serviços de manutenção preventiva foram realizados e registrados nos processos que especifica.	Peça 163, fls. 165/166
Não informado	Não informado	UPA de São Sebastião	Informou não possuir nenhum contrato vigente com a empresa, que não possui vínculo com o IGESDF desde 15/12/2022.	Peça 163, fls. 161/164.

Fonte: Elaboração própria conforme documentos acostados aos autos nas peças 147 e 163.

68. À vista do Quadro II acima, vê-se que das 22 unidades instadas a se manifestar (13 hospitais e 1 UPA) por meio do Despacho SES/SUAG/DACC, de 12/07/2023, apenas os Hospitais Regionais do Gama, de Planaltina, de Taguatinga e da Asa Norte e a UPA de São Sebastião apresentaram esclarecimentos.

Análise

69. O item IV, alínea “a”, da Decisão 2.057/2023 determinou à SES a instauração de processo administrativo para aplicar as sanções cabíveis à sociedade empresária Bucar Engenharia e Metrologia–Eireli pelo descumprimento do item 7.2.1, subitens “c.5” e “c.6” do Edital de Pregão 163/2017-SES/DF, dando ciência ao Tribunal das medidas adotadas, no prazo de noventa dias.

70. Vê-se no Despacho SES/SUAG, de 12/07/2023, a informação de instauração do processo 00060-00341686/2023-77 com vista a apuração de penalidades, tendo sido apurada multa no valor de R\$ 707.281,11, com notificação à Contratada e abertura de prazo de defesa, de modo a garantir o contraditório e a ampla defesa.

71. Dessa forma, considera-se cumprido o item IV, alínea “a” da Decisão 2.057/2023.

72. Relativamente ao item IV, alínea “b” da Decisão 2.057/2023, acerca de comunicação da ASSEMEDH/DF de que a empresa Bucar Engenharia e



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

18 de 25

Metrologia–Eireli teria recebido pagamentos nos meses de janeiro e fevereiro de 2023 mesmo não tendo prestado qualquer serviço de manutenção nas unidades hospitalares em face dos Contratos 50/2017 e 108/2017, na realidade, o Despacho SES/SINFRA/DEC, de 14/06/2023, esclareceu que os pagamentos havidos nesses meses referiram-se ao Contrato 48204/2022-SES/DF, não aos Contratos indicados na decisão.

73. A própria ASSEMEDH/DF, em sua manifestação tratada no tópico a seguir, admitiu o equívoco em referir-se a contratos diversos do Contrato 48204/2023.

74. Assim, restam satisfatórios os esclarecimentos prestados em relação ao item IV, alínea “b” da Decisão 2.057/2023.

IV.2. Manifestação da ASSEMEDH/DF

75. A Decisão 2.057/2023, item IV⁶, alínea “a”, oportunizou à Associação das Empresas do Segmento Médico Hospitalar e Laboratorial do Distrito Federal (ASSEMEDH/DF) o direito de manifestar-se nos autos, caso fosse de seu interesse.

76. Assim, mediante a Petição de 22/05/2023 (e-DOC E61F1B80, Peça 130, fl. 1), a ASSEMEDH/DF asseverou que a questão envolvendo os pagamentos nos meses de janeiro e fevereiro de 2023 não se referem aos Contratos 50/2017 e 108/2017, mas sim ao Contrato 48204/2022-SES/DF.

77. Acerca desse último contrato, a ASSEMEDH/DF informou que, não obstante a ausência de prestação de serviços nos meses de janeiro e fevereiro de 2023, ocorreu o faturamento relativo a esse período. Fez prova disso ao anexar missiva do Representante da BK Engenharia e Metrologia Ltda. ao gestor do Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB), no qual afirmou não ter havido emissão de Ordens de Serviço para o mês de janeiro de 2023, mas tão somente a realização de levantamentos dos equipamentos cobertos pelo contrato (e-DOC E61F1B80, Peça 130, fls. 1/2).

78. Argumentou que não há qualquer Ordem de Serviço emitida para nenhum dos equipamentos objeto do referido contrato e mesmo assim houve faturamento. Quanto ao levantamento dos equipamentos, questionou a não comprovação documental do fato (e-DOC E61F1B80, Peça 130, fl. 3).

Análise

79. O Despacho SES/SINFRA/DEC, de 14/06/2023, veiculou a informação de que o faturamento de janeiro de 2023, do Contrato 48204/2022, foi

⁶ O Item V da Decisão 2.057/2023 figurou incorretamente como item IV, o que acarretou a duplicidade da numeração do item IV na decisão.



glosado em R\$ 12.700,00 (doze mil e setecentos reais) por falta de apresentação de documentos para pagamento. Os faturamentos dos meses de fevereiro e março de 2023 não teriam sido pagos até a data do despacho.

80. Tais fatos corroboram a comunicação da ASSEMEDH/DF acerca da inexecução ou execução parcial do Contrato 48204/2022. Contudo, pelo demonstrado nos documentos acostados aos autos, a questão está sendo acompanhada pela SES/DF.

81. Ademais, o Contrato 48204/2022 não é objeto da Decisão 2.057/2023, razão por que se abstém de analisar as alegações da Manifestante.

IV.3. Manifestação da Bucar Engenharia e Metrologia - Eireli

82. A Decisão 2.57/2023, item IV⁷, alínea “a” oportunizou à sociedade empresária Bucar Engenharia e Metrologia-Eireli o direito de manifestar-se nos autos, caso fosse de seu interesse.

83. Por meio de advogado constituído, a Manifestante apresentou Petição datada de 01/08/2023 e anexos (Peças 148/156, 158 e 160/162), tendo o Sistema e-TCDF duplicado a Petição ao juntar as peças 157 (e-DOC A1483841) e 159 (e-DOC 1305BE5B). As menções a seguir sobre a manifestação serão feitas apenas em relação à Peça 157.

84. Preliminarmente, a Manifestante alegou a incidência de prescrição quinquenal da pretensão punitiva, sob a alegação de que o Contrato 108/2017 fora firmado em 29/12/2017, sendo esse o marco de onde surgem as alegações de irregularidades, ao passo que a notificação para a ciência da Decisão 2.057/2023 se deu em 06/06/2023, com o transcurso de cinco anos e cinco meses entre os fatos (e-DOC A1483841, Peça 157, fls. 2/3).

85. Sobre o descumprimento do item 7.2.1, alínea c.5, do edital de licitação que gerou o Contrato 108/2017, a Manifestante argumentou que o ato da Diretoria de Vigilância Sanitária sobre a irregularidade em suas instalações, indicado pela instrução da Unidade Técnica (fls. 323 a 328, peça 21, e-DOC A30F6EB2), consistiria, na realidade, numa petição de escritório de advocacia em representação à ASSEMEDH/DF, uma alegação reputada unilateral de associação que congrega empresas concorrentes da Manifestante, desprovida de validade jurídica (e-DOC A1483841, Peça 157, fls. 3/4).

86. Sustentou que a alegação de irregularidade no alvará de funcionamento registrado para atividade de “Escritório Administrativo ou de

⁷ O Item V da Decisão 2.057/2023 figurou incorretamente como item IV, o que acarretou a duplicidade da numeração do item IV na decisão.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

20 de 25

Representação” estaria em plena confluência com a utilização de estrutura de apoio para execução dos serviços, inexistindo qualquer disposição em edital, contrato ou norma regulamentar que classificasse esse enquadramento como irregular (e-DOC A1483841, Peça 157, fl. 4).

87. Assinalou que, ao sagrar-se vencedora do certame licitatório e ter assinado o Contrato em novembro de 2017, o Sócio Administrador teria adotado as providências para disponibilização da estrutura de apoio necessária à execução dos serviços, com a locação de imóvel, a aquisição de veículo para transporte e a alocação de profissionais e equipamentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos. Ainda, noticiou que na mesma época três servidores da SES/DF realizaram vistoria *in loco* nas instalações da Manifestante, que estes teriam atestado a regularidade da estrutura de apoio e dos serviços (e-DOC A1483841, Peça 157, fl. 4).

88. Acerca do descumprimento do item 7.2.1, alínea c.6, do edital de licitação que gerou o Contrato 108/2017, a Manifestante observou a divergência entre os entendimentos da Unidade Técnica e do MPJTCDF acerca da validade da cláusula editalícia de exigência de instalação de representação no Distrito Federal e o posicionamento do Conselheiro-Relator a favor do pronunciamento do *Parquet* (e-DOC A1483841, Peça 157, fl. 5).

89. Ponderou que o entendimento não estaria em confluência com a legislação e a jurisprudência atualizadas sobre o tema.

90. Citou dispositivos da Lei 8.666/1993 (art. 3º, § 1º, I) e da Lei 14.133/2021 (art. 5º e 9º, I, a, b e c) para afastar a exigência editalícia de implantação de escritório no local da execução contratual, pois restringiria o caráter competitivo do certame e violaria o princípio da isonomia na medida em que impediria ou dificultaria a participação de empresas que não queiram incorrer em custos de implantação no local indicado pelo órgão ou entidade, por desnecessidade à execução do objeto contratual ou por inviabilidade de cumprimento no prazo previsto (e-DOC A1483841, Peça 157, fls. 6/7).

91. Noticiou que, recentemente, com o advento da Lei 14.133/2021, o Tribunal de Contas da União (TCU) reforçou a jurisprudência sobre o tema, mediante o Acórdão 1757/2022-TCU-Plenário, ao firmar entendimento de que:

É irregular a exigência de que o contratado instale escritório administrativo, ou outro tipo de estrutura física, em localidade específica sem a demonstração de que tal medida seja imprescindível à adequada execução do objeto licitado, devido ao potencial de restringir o caráter competitivo da licitação, afetar a economicidade do contrato e ferir o princípio da isonomia (art. 3º, caput e § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993 e arts. 5º e 9º, inciso I, alíneas a, b e c, da Lei 14.133/2021.)



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

21 de 25

92. Salientou que a exigência editalícia de a empresa licitante possuir representação no Distrito Federal em prazo de 30 (trinta) dias da assinatura do contrato não teve base em justificativa técnica, não teve impacto na execução dos serviços e seria manifestamente ilegal, vez que afrontaria o caráter competitivo do certame e o princípio da isonomia, em descompasso com os dispositivos legais antes citados (e-DOC A1483841, Peça 157, fls. 7/8).

93. Ponderou que, ainda que se considere irregular a ausência de representação no Distrito Federal, no prazo de 30 (trinta) dias da data da assinatura do contrato, o eventual descumprimento teria ocorrido por aproximadamente 6 (seis) meses, não tendo ocasionado reflexo na execução dos serviços nem teria trazido prejuízo para a SES/DF (e-DOC A1483841, Peça 157, fl. 8).

94. Relativamente às falhas na execução dos serviços com base em manifestações do Hospital Regional de Santa Maria (HRSM) e da Diretoria de Engenharia Clínica (DEC), a Manifestante ponderou que a falta de válvulas de ventiladores em uso na UTI Neonatal do HRSM teria decorrido de gerência inadequada dos acessórios pelos agentes da unidade hospitalar e não possuiria relação com ação ou omissão da Manifestante, vez que trata-se de peça de uso esterilizável e individual, de posse do hospital, ao qual os funcionários da Contratada não tinham acesso. Apontou ainda a ausência de registro de qualquer chamado, ordem de serviço ou solicitação para o fornecimento do acessório para o Hospital Regional de Samambaia (e-DOC A1483841, Peça 157, fls. 8/9).

95. Quanto às falhas nos serviços com base em Despacho da Diretoria de Engenharia Clínica (DEC), aduziu que o servidor subscritor do referido despacho teria agido deliberadamente com o objetivo de prejudicar a Contratada, ora Manifestante, em associação com empresas concorrentes, consistente na realização de avaliações técnicas falsas que não teriam tido procedência no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) (e-DOC A1483841, Peça 157, fl. 10).

96. Alegou que fez denúncia do referido servidor para a SES/DF ante às irregularidades que teria praticado no exercício da função e que apresentou manifestação acompanhada de documentação rebatendo pontualmente o Despacho da DEC, constante destes autos (e-DOC C7237F46, Peça 20, fls. 52 a 180), que sequer teria sido analisada pela SES/DF ou considerada pela Unidade Técnica, pelo MPJTCDF ou pelo Conselheiro-Relator por ocasião do exame de mérito, o que seria causa de violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa (e-DOC A1483841, Peça 157, fls. 10/11).

97. A Manifestante discorreu sobre a denúncia da ASSEMEDH/DF, acerca da regularidade do Contrato 48204/2022 quanto aos pagamentos dos serviços nos meses de janeiro e fevereiro de 2023. Argumentou que a denúncia objetivou interesse privado de empresas concorrentes reunidas por meio de associação, desprovida de interesse público, em contrariedade ao entendimento jurisprudencial



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

22 de 25

desta Corte de Contas que veda o acolhimento de representação que visa exclusivamente interesse privado. Esclareceu que, no período em questão, efetuou visitas em todas as unidades objeto do contrato com o objetivo de realizar inventário e cadastramento dos equipamentos, a fim de disponibilizar estrutura para abertura de chamados e manutenções iniciais, com dispêndio de pessoal, veículos e ferramentas (e-DOC A1483841, Peça 157, fl. 11).

98. Apontou os princípios do formalismo moderado, da razoabilidade, da proporcionalidade e o caráter didático-pedagógico das ações de controle e sua observância pela Administração no exercício de seu poder sancionador, com a citação de dispositivos legais e entendimentos doutrinário e jurisprudencial (e-DOC A1483841, Peça 157, fls. 12/15).

99. Por fim, requereu:

- a) *preliminarmente, que seja reconhecida a incidência da prescrição quinquenal da pretensão punitiva, procedendo-se com o arquivamento do processo;*
- b) *preliminarmente, que não seja conhecida, ou se conhecida prontamente rejeitada, a nova denúncia da ASSEMEDH-DF por ter sido apresentada após a instrução, sobre fatos que não possuem relação com o processo e na busca de atender interesse privado;*
- c) *caso se adentre em análise de mérito, a produção de prova testemunhal, com a audiência dos servidores da Secretaria de Saúde a seguir indicados: Sr. André Alex de Jesus Silva (Mat. 189672-5); Sr. Marcelo Vasconcelos Souza (Mat. 1677837-5); e Sr. Amaury Medeiros Correia de Souza (Mat. 1432778-3), para esclarecimentos sobre a vistoria realizada na estrutura de apoio da Bucar Engenharia no início da execução contratual;*
- d) *no mérito, o acolhimento da defesa e justificativas, afastando-se a atribuição de irregularidades no caso ou, alternativamente, que sejam convertidas em recomendação de determinações preventivas e corretivas, sem aplicação de sanções, em atenção aos princípios do formalismo moderado, da razoabilidade, da proporcionalidade e do caráter didático-pedagógico das ações de controle.*

Análise

100. A questão da incidência de prescrição foi abordada no tópico III.1 desta instrução quando da análise das razões de justificativa apresentadas pela Sra. Marúcia Valença Barbosa de Miranda.

101. Pelo mesmo entendimento, tem-se que entre a celebração dos Contratos 50/2017 e 108/2017 e a comunicação da Decisão 2.057/2023 à



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

23 de 25

Manifestante, ocorrida em 06/06/2023 (e-DOC 32DB2694, Peça 123 e e-DOC 322C540D, Peça 128), ocorreram três causas interruptivas do prazo prescricional, quais sejam: **a)** o comunicado do MPDFT à SES/DF sobre denúncias da ASSEMEDH/DF (17/07/2018); **b)** a Representação 41/2019-CF que versou sobre Representação da ASSEMEDH/DF (10/02/2021); e **c)** o Relatório de Inspeção 9/2022-DIASP3 que apontou a irregularidade (03/05/2023).

102. Assim, na forma do art. 2º, incisos I e II da Decisão Normativa TCDF 5/2021⁸, foram praticados atos que configuram hipóteses de interrupção da prescrição, o que resultou no reinício da contagem do prazo quinquenal a cada ato indicado no parágrafo anterior, de modo que o termo final da contagem prescricional ocorrerá em 06/06/2028.

103. Dessa forma, improcedente a preliminar de incidência de prescrição quinquenal, nos termos do art. 1º e incisos da Decisão Normativa 5/2021 TCDF.

104. Quanto ao descumprimento do item 7.2.1, subitens “c.5” e “c.6”, do edital de licitação que gerou o Contrato 108/2017, o assunto é objeto de apuração no âmbito da SES/DF nos autos 00060-00341686/2023-77, que deverá avaliar os argumentos trazidos nos parágrafos 86 a 94, em atendimento ao princípio do contraditório e ampla defesa.

105. Assim, deixa-se de analisar as alegações da Manifestante, visto que o descumprimento contratual vem sendo tratado pela Jurisdicionada, com posterior conhecimento desta Corte de Contas acerca do encerramento das apurações.

V. Conclusão

106. Tratam os autos da Representação 41/2019-CF (e-DOC BFC1DCE4, Peça 38), subscrita pela Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, a qual versou sobre supostas irregularidades ocorridas no curso da prestação de serviços objeto dos Contratos 37/2017, 50/2017 e 108/2017, celebrados entre o Distrito Federal, mediante a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF) e a Construtora Concreto Eireli-ME, atual Bucar Engenharia e Metrologia - Eireli.

107. Após analisar as razões de justificativas das responsáveis nominadas na Matriz de Responsabilização (e-DOC 32F37242, Peça 104), restaram procedentes as justificativas apresentadas pela Sra. Marúcia Valente Barbosa de Miranda e improcedentes as justificativas apresentadas pelas Sras. Daiane Gomes de Oliveira e

⁸ Art. 2º Interrompe-se a prescrição de que trata o art. 1º:

I – pela citação, comunicação de audiência ou notificação, inclusive por meio de edital;

II – por qualquer ato inequívoco que importe apuração do fato, adotado por parte da Administração Pública do Distrito Federal ou do Tribunal de Contas do Distrito Federal; [...]



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

24 de 25

Yuki Hiyane de Carvalho, podendo o Tribunal aplicar a multa prevista no art. 57, II, da Lei Complementar 01/1994.

108. As análises permitiram, ainda, considerar cumprido o item IV, alínea “a” da Decisão 2.057/2023 e satisfatórios os esclarecimentos prestados em relação ao item IV, alínea “b” da mesma decisão.

109. Foram arguidas a ocorrência de prescrição quinquenal a fim de afastar responsabilidades, mas restou demonstrada nesta Informação a não incidência do instituto.

110. Por fim, as alegações das Manifestantes ASSEMEDH/DF e Bucar Engenharia e Metrologia – Eireli foram analisadas quanto às irregularidades levantadas pela Inspeção e que demandam a atuação do Controle Externo.

VI. Sugestões

111. Diante do exposto, sugere-se ao Tribunal:

I – tomar conhecimento:

- a) das razões de justificativa apresentadas pelas responsáveis nominadas na Matriz de Responsabilização (e-DOC 9DEE3400, Peça 132, e-DOC F57EA3AC, Peça 146 e e-DOC DEB3983B, Peça 164);
- b) dos Ofícios 5990/2023-SES/GAB (e-DOC 9D252E46, Peça 147) e anexos, 6537/2023-SES/GAB e 6488/2023-SES/GAB (e-DOC 2C93B876, Peça 163, fls. 1/3 e 173/174) e anexos;
- c) da Petição de 22/05/2023 (e-DOC E61F1B80, Peça 130) da Associação das Empresas do Segmento Médico Hospitalar e Laboratorial do Distrito Federal (ASSEMEDH/DF);
- d) da Petição datada de 01/08/2023 (e-DOC A1483841, Peça 157 e e-DOC 1305BE5B, Peça 159) e anexos (Peças 148/156, 158 e 160/162) da sociedade empresária Bucar Engenharia e Metrologia - Eireli;
- e) da Informação 98/2023 – DIASP3 (e-DOC 4D4FD449);

II – considerar procedentes as Razões de Justificativa apresentadas pela Sra. Marúcia Valente Barbosa de Miranda;



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

25 de 25

- III – considerar improcedentes as Razões de Justificativa apresentadas pelas Sras. Daiane Gomes de Oliveira e Yuki Hiyane de Carvalho, podendo o Tribunal aplicar às responsáveis a multa prevista no art. 57, II, da Lei Complementar 01/1994;
- IV – considerar atendidos os itens III e IV da Decisão 2.057/2023;
- V – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Educação, Áreas Sociais e Saúde Pública (SEASP) para o acompanhamento do feito.

À consideração superior.

Assinado e datado eletronicamente

Flávio Macedo Borges de Freitas

Auditor de Controle Externo - Matrícula 623-8

Senhor Secretário,

De acordo com a instrução e sugestões formuladas.

À alta consideração de Vossa Senhoria.

Assinado e datado eletronicamente

HENRIQUE EDUARDO DE OLIVEIRA

Diretor